

## Escola segura: perspectivas e propostas<sup>1</sup>

### Resumo

Diante da onda crescente de ataques contra escolas no Brasil, essas instituições enfrentam desafios significativos para manterem um ambiente seguro e pacífico, essencial para a promoção da educação e da interação social harmoniosa. Esses incidentes reacenderam o debate sobre segurança escolar, gerando diversas propostas para assegurar a proteção necessárias nesses espaços educacionais. Frente a esse quadro, o presente trabalho teve como objetivo investigar a concepção de profissionais com relevante atuação na área de educação sobre segurança escolar. Por meio de um estudo qualitativo utilizando o método de análise estrutural do discurso (Greimas, 1996; Martinic, 2006), baseado na teoria das representações sociais (Moscovici, 1978, 1994, 2015; Jodelet, 2001; Martinic, 2006), este trabalho analisou discursos de profissionais da Educação. O material analisado foi retirado do ciclo de debates sobre segurança escolar promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Os resultados apontam para o entendimento dos profissionais da Educação de que uma escola segura deve ter uma infraestrutura condizente com um ambiente de liberdade e ser construída sobre valores democráticos de diversidade e tolerância dentro de uma Cultura de Paz, estando esses discursos alinhados à literatura internacional sobre o tema, em oposição à implementação exclusiva de instrumentos de segurança.

**Palavras-chave:** representações sociais; violências contra as escolas; segurança nas escolas.

### Willer Moravia

Pontifícia Universidade Católica do  
Rio de Janeiro –  
PUC-RIO – Rio de Janeiro/RJ – Brasil  
willermoravia@hotmail.com

### Maria Eduarda da Cunha Silva

Pontifícia Universidade Católica do  
Rio de Janeiro –  
PUC-RIO – Rio de Janeiro/RJ – Brasil  
meduardacunhas@gmail.com

### Para citar este artigo:

MORAVIA, Willer; SILVA, Maria Eduarda da Cunha. Escola segura: perspectivas e propostas. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 25, n. 59, p. 355-378, set./dez. 2024.

**DOI:** 10.5965/1984723825592024355

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723825592024355>

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## Safe school: perspectives and proposals

### Abstract

In the wake of recent violent attacks, Brazilian schools face significant challenges in maintaining a safe and peaceful environment, essential for promoting education and harmonious social interaction. These incidents have reignited the debate on school safety, generating various proposals to ensure necessary protection in these educational spaces. In light of this situation, this study aimed to explore the views of professionals with significant experience in the field of education on school safety. Using a qualitative study method and structural discourse analysis (Greimas, 1996; Martinic, 2006), based on the theory of social representations (Moscovici, 1978, 1994, 2015; Jodelet, 2001; Martinic, 2006), this work examined the discourses of education professionals. The material analyzed was taken from a series of debates on school safety promoted by the Commission for Education, Culture, and Sport of the Federal Senate. The findings suggest that experts believe a safe school should have infrastructure conducive to a free environment and be built on democratic values of diversity and tolerance within a Culture of Peace, aligning these discourses with the international literature on the subject, as opposed to the exclusive implementation of security instruments.

**Keywords:** social representations; violence against schools; school safety.

## Escuela segura: perspectivas y propuestas

### Resumen

Ante los recientes ataques violentos, las escuelas brasileñas enfrentan desafíos significativos para mantener un ambiente seguro y pacífico, esencial para la promoción de la educación y la interacción social armónica. Estos incidentes han reavivado el debate sobre la seguridad escolar, generando diversas propuestas para asegurar la protección necesaria en estos espacios educativos. En este contexto, el presente trabajo tuvo como objetivo investigar la concepción de profesionales con relevante actuación en el área de educación sobre seguridad escolar. Mediante un estudio cualitativo utilizando el método de análisis estructural del discurso (Greimas, 1996; Martinic, 2006), basado en la teoría de las representaciones sociales (Moscovici, 1978, 1994, 2015; Jodelet, 2001; Martinic, 2006), este trabajo analizó discursos de profesionales de la Educación. El material analizado fue extraído del ciclo de debates sobre seguridad escolar promovido por la Comisión de Educación, Cultura y Deporte del Senado Federal. Los resultados apuntan a que los profesionales de la Educación comprenden que una escuela segura debe tener una infraestructura acorde con un ambiente de libertad y estar construida sobre valores democráticos de diversidad y tolerancia dentro de una Cultura de Paz, estando estos discursos alineados con la literatura internacional sobre el tema, en oposición a la implementación exclusiva de instrumentos de seguridad.

**Palabras clave:** representaciones sociales; violencias contra las escuelas; seguridad en las escuelas.

## Introdução

A escola é um ambiente de vital importância para a humanidade, instituição na qual o indivíduo desenvolve valores éticos e morais, conhecimentos e habilidades que devem corresponder não só ao aspecto intelectual, mas também ao social. Por ser um espaço privilegiado de socialização e convivência, objetiva, além da formação acadêmica e profissional, a formação humana e para a cidadania (Brasil, 1996).

O ambiente escolar deve oferecer oportunidades adequadas para os alunos desenvolverem empatia, respeito, responsabilidade, cooperação e outras competências indispensáveis para a convivência harmoniosa. Nesse sentido, a escola irá prepará-los para se tornarem cidadãos ativos, críticos e responsáveis, capazes de contribuir na construção de uma sociedade mais justa (Brasil, 2018).

Dessa forma, a segurança do espaço escolar se apresenta como condição essencial para a garantia não só do pleno desenvolvimento dos estudantes, mas também para a qualidade do processo educativo e para o bem-estar da comunidade escolar em geral. No contexto jurídico brasileiro, os artigos 205 e 227 de nossa Carta Magna determinam o compromisso que o Estado e toda sociedade possuem em proporcionar, de forma segura, o acesso universal ao direito constitucional da educação (Brasil, 1988). E o Estatuto da Criança e do Adolescente, diploma legal que rege os direitos e deveres das crianças e adolescentes em nosso país, estabelece como dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, protegendo-os de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (Brasil, 1990).

Entretanto, a partir do início dos anos 2000, vêm sendo registrados episódios no Brasil de uma modalidade de violência denominada como massacre ou ataque às escolas, movimento que se caracteriza pela difícil previsibilidade e pela aleatoriedade da sua ocorrência. O levantamento do Instituto Sou da Paz (2023) identificou que, entre o primeiro ataque registrado em 2002 e abril de 2023, ocorreram 24 atentados a escolas brasileiras. Aproximadamente 70% desses ataques (17 incidentes) aconteceram a partir de 2019, indicando um aumento expressivo nos últimos anos.

Os atentados ocorreram em 12 estados distribuídos em todas as regiões do país, dentre as quais o Sudeste lidera com 12 casos, seguido por Nordeste e Sul, com

respectivamente cinco e quatro casos. No Centro-Oeste, ocorreram dois episódios e, na região Norte, houve apenas um caso. Os 24 casos, todos de autoria masculina, atingiram 25 instituições de ensino, já que, em um determinado atentado, duas escolas foram atacadas em sequência. Instituições públicas foram as mais atingidas, registrando 19 casos enquanto escolas particulares registraram seis casos. Ademais, os ataques acarretaram 45 vítimas fatais e 92 vítimas não fatais, e as principais armas utilizadas foram: arma de fogo, arma branca, arma de pressão, balestra e explosivos (Instituto Sou da Paz, 2023).

A partir dessa onda de ataques contra as escolas, tornou-se imperativo que sejam adotadas medidas efetivas para garantir a segurança dos ambientes educacionais e, com isso, diferentes propostas, que expressam distintas perspectivas, têm sido defendidas e adotadas no contexto nacional, o que tem gerado grande controvérsia sobre o tema.

No contexto da segurança escolar, é fundamental diferenciar as diversas formas de violência que podem impactar esse ambiente. A violência na escola refere-se a episódios que ocorrem entre os membros da comunidade escolar, como bullying, agressões físicas e verbais, e conflitos entre estudantes, educadores ou funcionários. Por outro lado, a violência contra a escola envolve atos direcionados à própria instituição, como atentados, invasões ou vandalismo, que podem ser perpetrados tanto por indivíduos da comunidade escolar quanto por agentes externos. Compreender essas distinções é fundamental para a formulação de estratégias preventivas adequadas, uma vez que os fatores que desencadeiam esses tipos de violência, assim como as soluções mais eficazes, variam consideravelmente.

Nesse sentido, diante do crescente cenário de violência contra as escolas e do debate sobre a necessidade de medidas eficazes para proteger o ambiente educacional, o presente trabalho tem como objetivo investigar a forma com que profissionais com relevante atuação na área de educação, concebem a ideia de “escola segura”, para assim compreender quais as soluções que eles entendem como adequadas para garantir a segurança do ambiente escolar.

## Proposições exógenas: estratégias legislativas de proteção

A crescente onda de massacres e atentados violentos ao e no ambiente escolar tornou a segurança nas escolas uma preocupação central para a população, que tem mobilizado a cobrança por ações concretas e efetivas para a garantia da proteção dos estudantes e para a promoção de um espaço educacional seguro. Nesse contexto desafiador, os gestores públicos estão enfrentando uma intensa pressão para encontrar soluções efetivas para os problemas em questão. Diante disso, como possíveis soluções para a crise, diversas estratégias têm sido propostas a partir de distintas abordagens que possam alcançar resultados positivos.

De acordo com o levantamento realizado pelo Globo (Dias; Altino; Souza; Ferreira, 2023), considerando os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, a partir da onda mais recente dos atentados no último biênio, 22 entes optaram por adotar segurança armada, seja por meio de rondas escolares realizadas pelas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, seja por equipes de segurança privadas. Ademais, o levantamento constatou que dois estados adotaram a atuação de agentes armados dentro das próprias instituições, enquanto em oito estados foram reforçados os efetivos de segurança que atuam no entorno das escolas. Outras medidas, como monitoramento com câmeras de segurança e patrulhamento preventivo em locais específicos, também têm sido implementadas com o objetivo de garantir uma escola segura.

Na mesma linha, no âmbito do poder legislativo, tramitam no Senado Federal e na Câmara dos Deputados diversos Projetos de Lei que objetivam garantir a segurança escolar a partir de proposições materiais ligadas apenas a aparatos ou equipamentos de segurança. O quadro 1 sintetiza algumas dessas soluções a partir da apresentação das principais propostas contidas em Projetos de Lei recentes.

Quadro 1 - Propostas legislativas justificadas na garantia da segurança escolar

Casa iniciadora	Projeto de Lei	Propõe para todas as escolas a obrigatoriedade de:
Senado Federal	2775/2022	Profissional de segurança.
	1795/2023	Alarme de segurança conectado com forças policiais, corpos de bombeiros e serviço de atendimento móvel de urgência.
Câmara dos Deputados	1465/2023	Detector de metais.
	1635/2023	Detector de metais, vigilância armada, alarme, videomonitoramento.
	1921/2023	Detector de metais, câmeras nos arredores para monitoramento da segurança, software de reconhecimento facial e internet 5G.
	1528/2023	Permissão de inspeção de malas, mochilas e maletas dos estudantes do ensino fundamental e médio, quando do ingresso e permanência. nos estabelecimentos de ensino.
	1449/2023	Segurança armada.

Fonte: Dados da pesquisa (2023). Elaboração própria.

Nota-se, assim, que parte representativa das estratégias de prevenção de violência contra as escolas elaboradas concentra-se exclusivamente na utilização de mecanismos e dispositivos de inspeção, vigilância e controle de acesso de pessoal e/ou armamentos. Contudo, a literatura internacional (Apodaca *et al.*, 2012; Livingston; Rossheim; Hall, 2019; Reeping *et al.*, 2021; Peterson; Densley; Erickson, 2021), em especial a dos Estados Unidos – onde casos como esses são documentados há mais tempo e com maior frequência –, aponta que apenas essas estratégias não são suficientes para garantir uma escola segura e podem, inclusive, tornar a escola um ambiente hostil.

Por exemplo, o estudo de Livingston, Rossheim e Hall (2019) revelou que a presença de um oficial de recursos, um policial responsável pela segurança e pela prevenção de crime nas escolas, não foi associada a qualquer redução na gravidade dos tiroteios escolares. No mesmo sentido, uma análise dos casos de tiroteios e tentativas de atentados em escolas estadunidenses no período de 1980 a 2019 expõe que, em 23,58% desses casos, havia um guarda armado presente no local (Peterson; Densley; Erickson, 2021). Acerca dos dispositivos de segurança, Reeping *et al.* (2021) mostra que a presença

de detectores de metal pode gerar uma sensação de insegurança nos alunos ao passo que armar os professores pode aumentar a ansiedade tanto dos alunos quanto dos próprios docentes.

Desse modo, considerando a possibilidade de aderência da gestão pública a mecanismos de repressão de violência vinculados unicamente a aparatos de segurança, assim como as propostas legislativas de obrigatoriedade de utilização desses dispositivos em todas as escolas — o que contradiz as evidências das pesquisas —, torna-se fundamental compreender a visão dos profissionais da Educação sobre o que constitui uma escola segura, bem como as estratégias que eles consideram ideais ou necessárias para assegurar essa segurança. Nesse contexto, este estudo investiga as representações sociais de uma escola segura por parte de profissionais com vasta experiência acadêmica e de gestão na área de educação, incluindo docentes universitários, gestores educacionais e especialistas em políticas públicas educacionais.

### Aporte teórico: Teoria das Representações Sociais

O presente trabalho desenvolve-se a partir da *teoria das representações sociais*, campo de estudo que teve origem na Psicologia Social europeia francesa, em 1961, através da tese de doutorado intitulada *La psychanalyse, son image et son public*, do psicólogo Serge Moscovici. Na sua concepção atual, a teoria é construída a partir de contribuições de diferentes áreas: da Sociologia, pelos trabalhos de Durkheim; da Antropologia, por meio das obras de Lévi-Bruhl; da Psicologia, através da perspectiva de Freud; da Linguagem, por Saussure; das representações infantis de Piaget; e do desenvolvimento cultural de Vigostky (Moscovici, 1994).

Para Moscovici, o conhecimento se divide em dois universos: o reificado e o consensual. O universo reificado refere-se ao conhecimento produzido pelas academias científicas, que obedece a critérios, hierarquias e regras rígidas previamente definidas. Já no universo consensual, o conhecimento se constrói no senso comum e não segue pré-requisitos e regras rígidas, a esse conhecimento Moscovici denomina “representação social” (Moscovici, 2015).

Essas representações surgem no contexto histórico dos diferentes grupos como um processo de comunicação, no qual são construídos e elaborados significados que conferem sentido às interações entre indivíduos e grupos, conferindo ordem à vida social e orientando a atuação dos indivíduos em relação ao mundo material e à esfera dos valores (Moscovici, 1978). Assim, a *teoria das representações sociais* se estabelece como uma proposta científica de leitura do conhecimento de senso comum que permite explicar práticas e comportamentos sociais.

A teoria postulada por Moscovici (1978) considera as representações sociais como um fenômeno dinâmico, flexível e permeável elaborado coletivamente no cerne das interações sociais em um tempo, um espaço e uma cultura determinados. Elas constituem um sistema de valores, ideias e práticas engendradas coletivamente, uma via de apreensão do mundo concreto. As representações sociais se apresentam com uma dupla função: estabelecem uma ordem, que orienta as pessoas em seu mundo material e social, além de permitir controlá-lo, e fornecem um código para nomear e classificar os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social, tornando possível a comunicação entre os membros de uma comunidade (Moscovici, 2015). Em outras palavras, representações sociais são uma modalidade particular de conhecimento que visa à elaboração de comportamentos e à comunicação entre os indivíduos (Moscovici, 1978).

Consequentemente, as representações sociais “circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (Jodelet, 2001, p. 17-18) e assim manifestam elementos essenciais para compreensão dos determinantes dos comportamentos e das práticas sociais.

As representações sociais constituem sistemas de referência que tornam o mundo lógico e coerente para os sujeitos, fornecendo explicações sobre os fatos e as relações existentes entre eles (Martinic, 2006). Elas constituem ideias que possuem lógica e linguagem próprias que ordenam cognitivamente e afetivamente realidades próximas à experiência dos sujeitos. Elas têm três dimensões: (1) conteúdo informacional, correspondente às distinções cognitivas, dos conceitos e dos termos que contêm as representações para interpretar e dar sentido à dimensão da realidade em questão; (2)

ordem interna, que dá um sentido particular às relações que essas categorias têm; e (3) dimensão ético-normativa, que qualifica as distinções e as relações como válidas, desejáveis ou legítimas (Martinic, 2006).

Abric (2000) chama atenção para as funções desempenhadas pelas representações sociais: saber, identidade, orientação e justificação. Elas, respectivamente, facilitam a compreensão da realidade e a comunicação, protegem a especificidade dos grupos, direcionam comportamentos e práticas sociais, e permitem a explicação e justificação das condutas individuais. Nesse sentido, as representações sociais correspondem a um conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com uma finalidade prática e contribuição para a construção de uma realidade comum dentro de um determinado grupo social (Jodelet, 2001). Elas surgem como elaborações de sujeitos sociais a respeito de objetos socialmente valorizados e se constituem como formas de conhecimento prático voltadas para a compreensão do mundo e a comunicação (Jodelet, 2001).

As representações sociais podem ser entendidas como uma visão funcional do mundo, o que permite dar sentido à sua conduta e compreender a realidade através do seu próprio sistema de referências que também opera como um sistema de antecipações e expectativas. Desse modo, as representações fornecem informações e explicações sobre a natureza das relações sociais, tanto no interior de grupos quanto entre grupos distintos, bem como sobre as relações dos indivíduos com seu ambiente social. Assim, elas precedem e determinam as interações e, a partir dos valores, crenças e ideias compartilhadas, prescrevem os comportamentos e as práticas pela definição do que é lícito, tolerável ou inaceitável em dado contexto social.

Nesse processo, um pensamento social que se desenvolve a partir da experiência concreta e dos pensamentos ideológicos e culturais hegemônicos, torna-se um saber prático produzido em contexto e condição específicos para agir no mundo sobre o outro e para definir o estatuto social (Jodelet, 2001). Dessa forma, entendemos que a adoção do referencial da *teoria das representações sociais* nas pesquisas em educação desempenha papel fundamental no conhecimento e na interpretação das dinâmicas sociais e das concepções envolvidas no processo educacional e de suas instituições, funcionando como um ponto de partida para a compreensão das ações sociais. É nessa

perspectiva que procuramos identificar a concepção de escola segura compartilhada por profissionais da área da Educação, considerando a relevância dessa representação e das ideias que a circulam para a sua constituição.

## Metodologia

As representações sociais são utilizadas como abordagem epistemológica por serem compreendidas como a forma que o discurso socialmente elaborado e compartilhado entre os indivíduos e seus grupos se relaciona com o conhecimento e a prática desses. Desse modo, entende-se que os discursos apresentam componentes simbólicos que expressam e fundamentam os comportamentos dos sujeitos.

Para abordar as representações sociais dos profissionais do campo educacional sobre escola segura, optamos pela estratégia de análise estrutural do discurso. Esse método é inspirado na semântica estrutural desenvolvida por Greimas (1996) e propõe regras e procedimentos para definir os princípios que organizam as representações dos sujeitos sobre problemas e práticas específicos. A análise estrutural do discurso é um método que examina a estrutura subjacente dos enunciados discursivos, identificando as relações entre seus elementos de significação e permitindo uma compreensão mais profunda das ideias apresentadas.

Martinic (2006) afirma que esse tipo de análise tem sido aplicado particularmente no estudo das representações sociais, pois propõe regras e procedimentos para definir os princípios que as organizam e dão sentido ao discurso que os sujeitos expressam. A análise estrutural do discurso permite identificar unidades básicas de sentido na narração dos sujeitos da pesquisa e as respectivas relações existentes entre elas, o que facilita a compreensão do sentido de suas propostas e suas ações. Em termos gerais, o método permite identificar, em um primeiro momento, as unidades básicas de significado e as relações entre elas. Em seguida, organiza o movimento de tais relações em um modelo de ação, que orienta a prática dos sujeitos enunciadorees do discurso (Martinic, 2006).

O material de análise foi extraído do ciclo de debates sobre segurança escolar promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Esse ciclo foi composto por três audiências públicas: 11ª, 13ª e 16ª reuniões da comissão, ocorridas

respectivamente nos dias 20/04/2023, 26/04/2023 e 05/05/2023. O ciclo de debates objetivou a discussão de propostas de melhoria da segurança escolar e de prevenção a ataques contra instituições de ensino à luz do exame do Projeto de Lei nº 2256/2019 que dispõe sobre normas gerais de segurança escolar.

As audiências foram transmitidas ao vivo e encontram-se disponíveis na plataforma de vídeos *Youtube*. A duração total dos vídeos é de aproximadamente 6 horas e 45 minutos, porém, considerando apenas as palestras do grupo selecionado, há cerca de 1 hora e 45 minutos. A transcrição das exposições orais foi elaborada pela própria plataforma, sendo depois revisada e corrigida pelos autores deste trabalho, sem alterar as palavras e expressões que foram proferidas nos discursos.

No ciclo de debates sobre segurança escolar, houve palestras de 21 convidados, entre eles, representantes do Poder Executivo e das áreas de educação, segurança pública e saúde. Desses expositores, sete são profissionais da área de Educação, sujeitos da pesquisa. Trata-se de pesquisadores, professores universitários e profissionais com vasta experiência em gestão na área de educação.

Dentre os cargos que esses profissionais ocupam ou ocuparam ao longo de sua carreira, estão: representação de associações do Terceiro Setor voltadas à educação (Associação de Educadores Sociais de Maringá; Campanha Nacional pelo Direito à Educação; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação); coordenação de secretarias de educação; participação no Conselho Nacional de Educação; coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI); além do vínculo como professores universitários de instituições públicas e privadas. O quadro 2 apresenta a identificação codificada dos setores e das instituições aos quais esses profissionais estavam atrelados no período do ciclo.

Quadro 2 – Setores e instituições de vinculação atual dos profissionais da área de Educação

Cód.	Setores e instituições de vinculação
Edu1	Presidência da Associação de Educadores Sociais de Maringá
Edu2	Vice-presidência do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul
Edu3	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC)
Edu4	Coordenação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e participação na Rede de Ativistas pela Educação do Fundo Malala
Edu5	Presidência da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e Secretaria de Educação Municipal
Edu6	Coordenação do Fórum Nacional de Educação
Edu7	Quadro docente da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB)

Fonte: Dados da pesquisa (2023). Elaboração própria.

Por meio da análise estrutural de discurso, foram construídas categorias que transformaram os dados e o texto em unidades que se relacionam, se comparam e se somam a unidades maiores. Essa transformação implicou, por sua vez, passar do texto e seu sentido literal para categorias e relações subjacentes entre essas categorias a partir de estruturas dinâmicas que configuram sentido e orientam as soluções defendidas pelo grupo de profissionais da Educação para garantir a segurança nas escolas.

### Representação de escola segura: análise e discussão

A análise das palestras revelou um padrão discursivo organizado em três pilares. Esse modelo analítico revela uma estrutura deliberada que busca abordar a complexidade da violência escolar sob múltiplas lentes.

No primeiro pilar discursivo, os profissionais enfatizam a natureza global da violência contra as escolas, desvinculando-a de ser uma peculiaridade exclusivamente brasileira. Essa abordagem serve para situar o fenômeno dentro de um contexto mais amplo, ressaltando que a violência escolar transcende fronteiras nacionais e é influenciada por dinâmicas sociais globais. Ademais, os discursos destacam que a

violência nas escolas é um reflexo das tensões mais amplas da sociedade, não sendo produzida isoladamente pelas instituições educativas, mas sim, por parte de um contexto social mais amplo que afeta as escolas diretamente. Exemplos de trechos dos discursos<sup>2</sup> que ilustram esta perspectiva incluem:

*Então, primeiro, como chegamos até aqui? É um fenômeno mundial de grupos que disseminam esse discurso de ódio. (Edu4)*

*Então, a gente precisa olhar para essa violência que permeia a sociedade. (Edu4)*

*Nós não estamos diante de um problema exclusivo do Brasil. (Edu5)*

*A agressão à escola é uma agressão da sociedade contra a própria sociedade e contra uma das células mais importantes de formação do indivíduo. (Edu5)*

No segundo pilar, os palestrantes criticam soluções convencionais que se concentram excessivamente em medidas de segurança reativas, como o aumento da vigilância e a presença policial. Eles argumentam que tais abordagens podem falhar em abordar as causas subjacentes da violência e, paradoxalmente, intensificar a atmosfera de medo e desconfiança nas escolas. Os trechos<sup>3</sup> que ressaltam essa visão incluem:

*A crise que a gente vive neste momento não será resolvida com reconhecimento facial ou equipamento de segurança. (Edu2)*

*Mas a gente não pode fazer da escola um espaço de desconfiança, em que todo mundo desconfia de todo mundo. (Edu2)*

*Uma das pesquisas que trata sobre violência no ambiente escolar tem mostrado que ambientes degradados, desgastados e que possuem mau funcionamento de infraestrutura tendem a ser ambientes que promovem mais violência. (Edu4)*

*Vale reiterar que alguns aparatos de segurança não produzem proteção efetiva. (Edu4)*

<sup>2</sup> Os discursos foram extraídos de discursos proferidos durante o ciclo de debates sobre segurança escolar promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal entre abril e maio de 2023 conforme descrito na seção anterior.

<sup>3</sup> Os trechos foram extraídos de discursos proferidos durante o ciclo de debates sobre segurança escolar, promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal entre abril e maio de 2023 conforme descrito na seção anterior.

O **policimento**, nada mais é do que um **recurso que não vai funcionar** na escola. (Edu5)

Transformar os espaços escolares em **ambientes carcerários** torna a escola não um **espaço de construção da cultura da paz**, mas sim um **espaço de produção de mais violência**, pois a escola estará sempre **sob tensão**. (Edu7)

Nesses discursos, destacam-se as menções diretas a aparatos de segurança, como, por exemplo, os de reconhecimento facial, considerando que o uso desse tipo de recurso gera desconfiança e degradação do ambiente escolar com a possível promoção de ainda mais violência. O policiamento também é alvo de críticas enquanto um recurso que não funcionará e irá tornar as escolas ambientes carcerários, o que faz referência a espaços de tensão, cumprimento de penas e privação de liberdade.

No terceiro pilar, os discursos se voltam para estratégias proativas e construtivas para promover a segurança escolar. Os palestrantes defendem abordagens que fortaleçam a cultura de paz, a diversidade e a inclusão, bem como a integração de políticas públicas que abordem a violência de maneira holística. Destacam-se as seguintes proposições<sup>4</sup>:

*Então, a gente precisa olhar para essa **violência que permeia a sociedade**, e a gente precisa, além de promover **ações que são de cultura de paz e convivência** dentro das escolas, a gente precisa olhar também para essa sociedade com ações que visem a **prevenção e redução desses riscos das violências na sociedade**, né? (Edu4)*

*Outra **estratégia de prevenção** importantíssima é a **garantia de infraestrutura adequada nas escolas**. (Edu4)*

*A gente precisa realmente da construção de uma **política de cultura de paz** nas escolas. (Edu5)*

*Então, eu acho que precisa em cada cidade as secretarias voltar a ter, umas, e outras tenham pela primeira vez as secretarias da criança e do adolescente, para **sincronizar atividades interdisciplinares transversais educativas**. (Edu1)*

*Nós sabemos muito o quanto é desafiante a **intersectorialidade no Brasil**, mas nós acreditamos que essa também é uma grande **janela de oportunidades**. (Edu3)*

<sup>4</sup> As proposições foram extraídas de discursos proferidos durante o ciclo de debates sobre segurança escolar, promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal entre abril e maio de 2023 conforme descrito na seção anterior.

Nesses trechos, destaca-se a defesa da construção de uma cultura de paz, o que engloba a defesa, então, da democracia, da boa convivência, da diversidade, da participação social e da gestão democrática. É interessante observar também o caráter intersetorial posto enquanto uma forma de garantia de direitos, sendo pensada para isso a articulação entre Educação, Segurança Pública e políticas públicas de combate às discriminações por meio das mídias.

A fase subsequente da análise consistiu na meticulosa identificação de códigos e padrões discursivos. Nesse processo, foram discernidos códigos representativos de sentido, selecionados com o propósito de elucidar as complexidades subjacentes aos discursos e às ideologias prevalentes. Esses códigos foram estabelecidos através de uma análise detalhada das semelhanças e contrastes entre termos ou conceitos, permitindo assim uma compreensão aprofundada dos significados implícitos nas narrativas examinadas.

Após a identificação dos códigos discursivos, estes foram condensados e reunidos em 12 agrupamentos significativos, conforme detalhado no quadro 3. Esses agrupamentos, denominados “totalidades”, sintetizam os temas centrais emergentes dos discursos e refletem as valorações atribuídas pelos sujeitos aos conceitos analisados, distinguindo entre percepções positivas e negativas de forma objetiva. Essa organização facilitou a transição da análise de conteúdo literal para uma interpretação mais profunda, permitindo uma comparação rigorosa entre as diversas representações sociais identificadas. Essas categorias, ao encapsularem os principais temas, não apenas organizam os dados de maneira sistemática, mas também estabelecem uma base sólida para discutir as complexidades e as dinâmicas interativas presentes nos discursos avaliados, sublinhando as implicações sociais e educacionais pertinentes.

Quadro 3 – Códigos condensados<sup>5</sup>

Perspectiva positiva (+)	Perspectiva negativa (-)	Totalidade
“Participação da comunidade”	“Isolamento institucional”	Relação comunidade-escola
“Cultura de inclusão e gestão democrática”	“Cultura de exclusão e autoritarismo”	Clima da comunidade escolar
(Ambientes de liberdade)	Ambientes carcerários	Infraestrutura da escola
“Projeto intersetorial com soluções integradas para a promoção da cultura de paz”	“Projeto único de adesão de aparatos de segurança”	Soluções para violência

Fonte: Dados da pesquisa (2023). Elaboração própria.

As categorias encontradas mapeiam a percepção dos profissionais da Educação sobre a violência escolar e as estratégias para enfrentá-la. Foram identificados quatro temas centrais, sendo: Relação comunidade-escola; Clima da comunidade escolar; Soluções para violência; e Infraestrutura da escola. A análise desses temas é essencial para compreender como os profissionais da Educação interpretam e respondem ao fenômeno da violência nas escolas.

A categoria "participação da comunidade" caracteriza a escola como um elemento integral da comunidade, e não como um enclave isolado. Essa percepção destaca a importância de uma rede de suporte e colaboração entre as escolas e os diversos atores sociais. A relação simbiótica entre escolas e comunidades é percebida como fundamental para a construção de uma infraestrutura de segurança duradoura e eficaz, em que a prevenção e a resposta à violência são ações coletivas e coordenadas. Em contraposição, a categoria "isolamento institucional" revela uma visão negativa das escolas desengajadas de suas comunidades, sugerindo que tais instituições são mais vulneráveis à insegurança e menos capazes de responder eficazmente à violência. Essa percepção reforça a necessidade de modelos de segurança escolar que estejam profundamente enraizados nas dinâmicas sociais locais. Um depoimento representativo dessa perspectiva pode ser visto na seguinte declaração<sup>6</sup>:

<sup>5</sup> Este método utiliza convenções específicas para a apresentação da análise de discursos. Os parênteses são empregados para indicar termos opostos que não estão explicitamente presentes no discurso, mas que são inferidos a partir do contexto. As aspas são utilizadas para denotar categorias desenvolvidas a partir da condensação de códigos. Termos que são reproduzidos exatamente como aparecem no discurso original são apresentados sem aspas e sem parênteses.

<sup>6</sup> A declaração foi extraída de discurso proferido durante o ciclo de debates sobre segurança escolar, promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal entre abril e maio de 2023 conforme descrito na seção anterior.

*A gente tem indicado o fortalecimento de conselhos escolares, do trabalho dos gestores junto com as famílias de responsáveis dos estudantes, membros da comunidade, com social, com assistência psicossocial, o pessoal de segurança, emergência, enfim... todo esse arcabouço, para o plano de segurança dar certo, a gente tem reiterado que as normas têm que ser elaboradas em conjunto, porque todos se sentindo parte daquele processo vai ser mais eficiente. (Edu4)*

Em relação ao clima da comunidade escolar, as categorias diametralmente opostas "culturas de inclusão e gestão democrática" e "cultura de exclusão e autoritarismo" destacam um profundo contraste entre o ideal desejável e a realidade enfrentada. A primeira enfatiza um ambiente educacional que fomenta o respeito mútuo e a cooperação, sugerindo uma abordagem inclusiva e democrática na gestão escolar que beneficia a comunidade educacional em sua totalidade. Em contraste, a segunda categoria expõe os perigos associados a sentimentos negativos e práticas autoritárias, que podem comprometer tanto a segurança quanto a qualidade da educação. A importância do clima escolar como um fator crítico de segurança é ressaltada, sugerindo a necessidade de implementação de políticas e práticas que não apenas confrontem as ameaças diretas, mas também promovam ativamente um ambiente escolar marcado por segurança, respeito e inclusão. A relevância de um clima escolar positivo é ilustrada nas seguintes afirmações<sup>7</sup>:

*E nós temos experiências e levantamentos importantes. A um time tem estudos que mostram claramente que aquela escola que tem um alto índice de participação social, que tem gestão democrática, tem um bom desempenho, uma boa convivência e um índice de violência vai lá para baixo. (Edu6)*

*A gente precisa de uma escola que seja capaz de combater isso, de trabalhar e desnaturalizar o próprio bullying, de trabalhar esse bullying no ambiente escolar, mas em parceria com a sociedade. (Edu6)*

Quanto à infraestrutura escolar, o contraste entre os conceitos de (ambientes de liberdade) e "ambientes carcerários" ressalta a dicotomia entre uma abordagem de segurança escolar que valoriza a liberdade e uma que impõe restrições físicas e simbólicas severas. A preferência por espaços abertos, acolhedores e convidativos reflete um

---

<sup>7</sup> As afirmações foram extraídas de discursos proferidos durante o ciclo de debates sobre segurança escolar, promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal entre abril e maio de 2023 conforme descrito na seção anterior.

compromisso com o desenvolvimento integral dos alunos, enquanto a valorização negativa aponta para os riscos de medidas de segurança que podem alienar e estigmatizar a comunidade escolar. Essa análise reafirma que as escolas seguras são aquelas que promovem liberdade e aprendizagem ativa, em contraposição a modelos baseados em controle e segregação. Esta análise é reafirmada pela seguinte crítica<sup>8</sup> aos modelos repressivos:

*Transformar os espaços escolares em ambientes carcerários torna a escola não um espaço de construção da cultura da paz, mas sim um espaço de produção de mais violência, pois a escola estará sempre sob tensão. (Edu7)*

Finalmente, a comparação entre "projeto intersetorial com soluções integradas para a promoção da cultura de paz" e "projeto único de adesão de aparatos de segurança" ilustra a divisão entre a preferência por estratégias de segurança escolar multifacetadas e a dependência de soluções unilaterais focadas apenas em dispositivos de segurança física. A perspectiva positiva reflete uma abordagem abrangente que promove uma resposta à violência através da colaboração e integração de políticas e práticas de diversas áreas, enquanto a perspectiva negativa critica abordagens que priorizam exclusivamente a segurança física, considerando-as insuficientes e potencialmente contraproducentes. A defesa de uma abordagem integrada é ilustrada pelo seguinte comentário<sup>9</sup>:

*É primordial que a gente fale sobre diversidade nas nossas escolas, né? Então, falar sobre isso é falar sobre democracia, sobre garantia de direitos e para falar de democracia, garantia de direitos, é uma ação intersetorial que passa pela Segurança Pública, educação, integração de políticas públicas de combate ao racismo, em mídias, capacitismo e outras formas de discriminação sobre prevenção, né? (Edu4)*

A fase subsequente ao mapeamento e agrupamento dos códigos discursivos culminou na elaboração de uma representação visual denominada Estrutura Cruzada,

---

<sup>8</sup> A crítica referida foi extraída de discurso proferido durante o ciclo de debates sobre segurança escolar, promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal entre abril e maio de 2023 conforme descrito na seção anterior.

<sup>9</sup> O comentário foi extraído de discurso proferido durante o ciclo de debates sobre segurança escolar, promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal entre abril e maio de 2023 conforme descrito na seção anterior.



esforços para manter um ambiente acolhedor e seguro, demonstrando que a proteção e a educação podem coexistir harmoniosamente.

*Escolas Penetráveis*, por sua vez, são caracterizadas por manterem uma cultura de paz vibrante, mas sofrem de deficiências na infraestrutura. Essa combinação resulta em uma vulnerabilidade a influências externas negativas, pois, embora o ambiente interno promova a paz, a infraestrutura inadequada pode falhar em proteger fisicamente os estudantes e educadores de ameaças externas. Esse cenário destaca a necessidade crítica de investimentos em melhorias físicas para garantir a segurança sem sacrificar a integridade da cultura escolar.

*Escolas Carcerárias* apresentam um contraste marcante, em que a infraestrutura é adequada, mas a cultura de vigilância predomina. Essa configuração pode criar um ambiente restritivo que, embora seguro do ponto de vista físico, pode inibir a liberdade e o bem-estar dos alunos e educadores. A robustez da infraestrutura nessas escolas acaba contribuindo para um clima de controle excessivo, que pode ser percebido como opressivo e contrário aos ideais educacionais de um ambiente de aprendizado aberto e inclusivo.

Finalmente, as *Escolas Indefesas* representam a situação mais crítica, na qual falta tanto a infraestrutura adequada, quanto uma cultura de paz. Essas escolas enfrentam desafios significativos, estando expostas a riscos tanto internos quanto externos. A ausência de uma infraestrutura segura combinada com um ambiente de vigilância ou hostilidade cria condições insustentáveis que exigem intervenções urgentes e abrangentes para transformar tanto o ambiente físico quanto o social.

Cada uma dessas categorizações surge da interpretação das proposições e considerações discutidas pelos educadores em seus discursos, o que é essencial para elaborar estratégias de intervenção que sejam não apenas eficazes, mas também alinhadas com os valores educacionais de proteção e desenvolvimento integral dos alunos. A compreensão dessas dinâmicas é crucial para implementar mudanças que verdadeiramente promovam ambientes escolares seguros e estimulantes.

De acordo com as análises realizadas, as estratégias para enfrentar a violência nas escolas emergem de um consenso entre os profissionais da Educação, que partilham um

sistema de valores consistentes e solidamente estabelecido. Esse consenso confere legitimidade às suas ações, fundamentando-se em uma defesa intransigente da cultura de paz, tolerância, diversidade e democracia. Essas representações sociais, endossadas coletivamente por esse grupo específico, são consideradas fundamentais e não negociáveis na abordagem do problema da violência escolar. As narrativas dos educadores refletem esses princípios, destacando a importância de promover um ambiente educacional que não apenas desestimule a violência, mas que também cultive ativamente esses valores essenciais.

Entre os valores fundamentais e a meta de criar ambientes escolares seguros, os discursos analisados delineiam estratégias específicas para alcançar esse objetivo. Essas estratégias incluem o fomento de uma sociedade educadora, a valorização de escolas multiculturais, o engajamento ativo de toda a comunidade escolar em práticas educacionais, a promoção intensa da participação social, a implementação de uma gestão democrática e o estímulo a uma convivência harmoniosa.

Cada uma dessas ações é projetada para impactar positivamente a comunidade escolar, alinhando-se com o que os profissionais da Educação definem como essencial para estabelecer escolas seguras. Essas medidas são consideradas cruciais, pois são vistas como instrumentos eficazes não só para prevenir a violência, mas também para cultivar um ambiente educacional inclusivo, respeitoso e seguro.

### Considerações finais

Este estudo explorou as concepções de segurança escolar entre profissionais da Educação, destacando a necessidade de uma abordagem holística e multifacetada para enfrentar a violência em ambientes escolares. Através de uma análise detalhada dos discursos obtidos durante um ciclo de debates promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, identificamos representações sociais que transcendem a simples implementação de medidas de segurança física. Essas representações enfatizam a importância da construção de uma cultura de paz, diversidade e inclusão, elementos fundamentais para criar um ambiente educacional seguro e propício ao desenvolvimento pessoal e acadêmico dos estudantes.

As discussões revelaram que uma segurança escolar efetiva vai além da instalação de equipamentos de segurança, exigindo políticas educacionais que fomentem a inclusão e a participação democrática ativa. Sugerem-se estratégias como a criação de espaços de participação democrática e a implementação de protocolos de prevenção da violência, acompanhadas por uma formação continuada de educadores focada no combate às violências e na identificação de comportamentos de risco. Ficou evidenciado que a segurança efetiva nas escolas é alcançada quando há uma integração entre a infraestrutura física e uma cultura escolar que valoriza a liberdade, a democracia e a inclusão.

Este estudo reforça a visão de que a segurança escolar é uma responsabilidade coletiva que envolve alunos, educadores, gestores e a comunidade em geral. Destaca-se a importância de abordagens que promovam a participação da comunidade e a construção de uma cultura de paz como pilares para a criação de um ambiente educacional verdadeiramente seguro e inclusivo. A implementação de políticas públicas eficazes e a promoção de uma educação que respeite a diversidade e a inclusão são fundamentais para garantir que as escolas sejam espaços de aprendizado seguro, cumprindo seu papel no desenvolvimento integral dos estudantes. Essa compreensão conduz à necessidade de um compromisso contínuo e de um esforço conjunto para garantir que a educação seja conduzida em um ambiente livre de ameaças e propício ao crescimento e à aprendizagem.

Frequentar uma escola segura é um direito de todos e garantir isso é um dever do Estado. Os debates e as medidas que já vêm sendo tomadas devem alcançar aqueles que buscam compreender o fenômeno mundial de avanço da violência nas escolas e, principalmente, querem contribuir para que soluções efetivas sejam colocadas em prática. A análise de representações sociais de profissionais da Educação funciona aqui para revelar possíveis estratégias para a construção de uma escola verdadeiramente segura em prol da sociedade, em respeito às vítimas dos atentados a escolas e em defesa da Educação como princípio de uma construção social democrática.

Contudo, o estudo apresenta limitações, especialmente pela concentração dos discursos em um evento específico, o que não captura completamente a diversidade de opiniões dos profissionais da Educação em todo o Brasil. Além disso, a análise focou

predominantemente em profissionais com postos de liderança ou influência acadêmica, o que pode ter introduzido uma certa homogeneidade nas perspectivas analisadas.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a expansão do espectro de participantes para incluir educadores de diferentes regiões e contextos sociais, visando uma visão mais abrangente sobre a segurança escolar. Seria também proveitoso investigar os efeitos práticos das estratégias de segurança propostas em estudos de caso específicos, bem como incluir a percepção dos alunos sobre as medidas de segurança e seu impacto no bem-estar e desempenho acadêmico.

## Referências

ABRIC, J.-C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: PAREDES, Antônia Silva; OLIVEIRA, D. C. (orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: Editora AB, 2000. p. 27-37.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: desenvolvimentos atuais e aplicações à educação. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 10., Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 57-73.

APODACA, R. F. de; BRIGHTON, L. M.; PERKINS, A. N.; JACKSON, K. N.; STEEGE, J. R. Characteristics of Schools in Which Fatal Shootings Occur. **Psychological Reports**, [Thousand Oaks], v. 110, n. 2, p. 363-377, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 13 jul. 1990, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 15 jun. 2023.

DIAS, P.; ALTINO, L.; SOUZA, A.; FERREIRA, P. O Globo. Ataques a escolas: levantamento mostra que 22 estados já adotam segurança armada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/04/veja-como-os-estados-lidam-com-a-protecao-das-escolas-22-estados-adotam-seguranca-armada.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2023.

GREIMAS, A. J. **Sémantique structurale**. Paris: Larousse, 1996.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Raio-X de 20 anos de ataques a escolas no Brasil 2002-2023**. São Paulo: [s. n.], 2023. p. 21.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

LIVINGSTON, M. D.; ROSSHEIM, M. E.; HALL, K. S. A descriptive analysis of school and school shooter characteristics and the severity of school shootings in the United States, 1999-2018. **Journal of Adolescent Health**, [New York], v. 64, n. 6, p. 797-799, 2019.

MARTINIC, S. El estudio de las representaciones y el análisis estructural del discurso. In: CANALES, M. (ed.). **Metodologías de investigación social**. Santiago: Lom, 2006. p. 299-320.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. p. 7-16.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

PETERSON, J.; DENSLEY, J.; ERICKSON, G. Presence of armed school officials and fatal and nonfatal gunshot injuries during mass school shootings, United States, 1980-2019. **JAMA Network Open**, [Chicago], v. 4, n. 2, e2037394, 2021. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7887654/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

REEPING, P. M.; GOBAUD, A. N.; BRANAS, C. C.; RAJAN, S. K-12 school shootings: implications for policy, prevention, and child well-being. **Pediatric Clinics of North America**, [Cincinnati], v. 68, n. 2, p. 413-426, 2021.

Recebido em: 23/04/2024

Revisões requeridas: 03/10/2024

Aprovado em: 17/10/2024

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 25 - Número 59 - Ano 2024

revistalinhas@gmail.com